

João Martins Pereira escreve a Otel

“..Utilizou-se a legalidade revolucionária muitas vezes contra a revolução..”

Senhor major,

Começo desde já por explicar por que utilizo tão formal vocativo, em lugar de outro mais «empenhado» como poderia ser, por exemplo, «camarada Otel Saraiva de Carvalho». Mas é simplesmente porque este último pudesse parecer pretensioso (isso seria secundário), mas porque, sobretudo em certos momentos, se torna indispensável conferir às palavras um rigor e uma «verdade» que justamente tanto lhes têm faltado ao longo desta Revolução que esteve para ser. Ora sucede, por um lado que, no monstruoso jogo de manipulações verbais a que temos assistido (e continuamos), os próprios vocativos adquiriram sentido estereotipado e convencionais; por outro, que nem sequer nos conhecemos e, portanto, nunca uma prática conjunta de algum modo nos ligou. Por isso aquela expressão poderia originar mal-entendido, em lugar de lhe ser atribuído o sentido autêntico que em normais condições, ela deveria ter: a de uma solidariedade efectiva, sem o suporte sequer de milícias comuns ou de regras de linguagem pré-estabelecidas.

Dirijo-me a si motivado pela leitura do seu último texto, mas principalmente porque julgo importante que, a pretexto mas um pouco à margem dele, certas questões sejam publicamente analisadas e discutidas, enquanto é tempo. E não é por acaso que ponho esta última reserva. Nem é igualmente por acaso que entendo abordar tais questões sob a forma epistolar, tendo-o precisamente a si como destinatário. Como também não o é que tenha escolhido a «República» como mediador para o efeito (1).

Enquanto é tempo

Porquê, então, «enquanto é tempo»? Pela óbvia razão de que se torna cada dia mais claro o que, a coberto do mais «democrático» palavreado (e nem sempre), se está preparando como «novo curso» político — por mais bem intencionados que possam ser os novos candidatos à imolação quando soar a hora (o senhor major teria por certo boas lições a dar-lhes, nesse capítulo...).

Sempre se disse que Portugal não poderia ser o Chile porque aqui as Forças Armadas, e mais concretamente o MFA, não se limitavam a assegurar o «respeito pela legalidade democrática» — já se viu, lá, o que isso queria dizer... —, mas, pelo contrário, estavam elas próprias empenhadas no «processo revolucionário». Por outras palavras, o MFA assumia-se como o ratificador (e também o gerador) de uma «legalidade revolucionária». Diga-se, desde já, como parêntesis, que se houve indiscutíveis erros políticos que muito terão contribuído para a situação actual, eles não podem ser imputados à existência de uma «legalidade revolucionária», mas sim ao facto de que as forças políticas ditas revolucionárias se serviram demasiadas vezes dela para reforçar (ilusoriamente, como se viu) as suas próprias posições de poder e não para fazer avançar a Revolução, ou melhor, a perspectiva revolucionária, pois revolução propriamente nunca chegou a haver. Não se utilizou a legalidade revolucionária para consolidar mas para dividir: utilizou-se a legalidade revolucio-

nária muitas vezes contra a revolução. Ora, sem discutir a tão decantada questão do «partido-vanguarda», não pode deixar de observar-se que, se às massas cabe, a partir da sua revolta fundamental, ocupar terras, casas, empresas, constituir-se em comissões de administração local, criar infantários e clínicas populares, etc. etc. — e que assim é prova-o o facto de que, em idênticas condições de afundamento do poder burguês, as massas populares sempre se lançaram no exercício ávido desse poder directo e fecundo, fundamento insubstituível de qualquer autoridade revolucionária —, a um partido revolucionário o menos que se pode exigir é que a partir de uma análise precisa das relações de classe existentes no campo e na cidade, seja capaz de formular em termos claros uma estratégia que implica necessariamente uma demarcação entre as acções que se inserem no avanço revolucionário e as que o poderão contrariar, a prazo (refiro-me à questão das alianças indesejáveis). Neste sentido, um partido revolucionário preferirá expor abertamente estas questões aos órgãos populares, e fazê-los discutir, a conquistar clientelas fáceis a partir de um precário poder institucional preferirá perder uma votação após profunda discussão política a ganhá-la por terem abandonado a assembleia os seus contraditores; preferirá sempre consolidar a sua implantação junto das massas populares, com elas gradualmente se identificando e vice-versa, a dispor de múltiplos aparelhos de manobra, que podem ser abolidos por decreto quase sem deixar marca (ou deixando as massas atônitas, interrogando-se sobre as «falsas verdades» com que as iludiram). E é porque muito disto se passou que as Forças Armadas (nomeadamente o COPCON) terão sido chamadas não poucas vezes a ratificar autênticos actos contra-revolucionários.

«Novo curso»

Mas voltando ao «novo curso». O conteúdo evidente da última lei constitucional é justamente o de dar às Forças Armadas o papel de vigilância, agora, sobre a «legalidade democrática». É caso para dizer que mudou de campo a diferença que se apontava em relação ao Chile: é agora o Governo que pouco tem que ver com o da Unidade Popular... É um governo «ajuizado», europeu, que diabo! Perspectiva que, para muitos, será tranquilizado: enfim, lá vamos nós entrar no trilho das democracias (mais ou menos «sociais») à europeia. Mais uma «pequena» mistificação. É que, para além do facto de que o fascismo nunca foi extirpado, esquecem esses profetas que, por um lado, a efectiva derrocada dos mecanismos económicos capitalistas é aqui um facto sem comparação possível com o que vai pelas «grandes democracias» europeias; por outro que, nesses civilizados países, não é costume dos seus civilizados exércitos que os mais altos chefes militares vão ao teatro de «chaimite». Este ponto, que poderia ser anedótico e não merecer mais do que um acolher de ombros (ou um sorriso de compaixão pela ausência de sentido do ridículo), tem muito mais importância do que parece: os «chaimites» à porta do teatro não se destinam a causar fris-

sons na espinha das coristas de forma a que se ultrapassem nos seus números diante dos senhores generais, coronéis e da recém-disciplinada tropa em geral; destinam-se, tal como os «chaimites» à porta das clínicas populares e das herdades populares, a mostrar qual é agora a «legalidade democrática». Destinam-se a reinstaurar na cabeça dos «rapazes» o credo da-

queiros internacionais, aos nossos parceiros comerciais, ao «sistema» em resumo — e que tudo retomará o seu caminho. Mas à mistura, é claro, com a austeridade, a disciplina, a ordem: tudo isto contribuirá, obviamente, para reforçar aquela confiança na estabilidade e no bom comportamento (que são o fundamento mesmo do crédito) e ao mesmo tempo para fazer



Otel Saraiva de Carvalho
O «romantismo basista», de um então general!

autoridade e da repressão. Destinam-se a tranquilizar os que andavam assustados (é ver a importância e a arrogância que tantos tão rapidamente readquiriram), e a assustar, os que podem mostrar veleidades de levar a sério — por engano — as cada vez mais caricatas sobrevivências, na linguagem oficial e oficiosa, de palavras como «socialismo» e «revolução».

Quem não quer

Retomando as questões económicas, vale a pena recordar que nunca houve, em parte alguma, nem poderá haver qualquer processo revolucionário que não tenha sido acompanhado do completo desmoronamento do sistema económico que esse processo visa destruir. Por isso mesmo aqueles que hoje se multiplicam por esses «Dia», «Tempo», «Luta» e quejandos, em acusar a total irresponsabilidade incompetência, etc. dos que «levaram o país ao caos económico-financeiro» são, com toda a propriedade, contra-revolucionários. Não é um chavão: é reconhecer que tais afirmações denunciam quem não quer a revolução. Quem julga (talvez) que a luta de classes é uma luta de competências. Quem optou em definitivo por um «capitalismo de miséria», digno continuador daquele outro que bem conhecemos antes do 25 de Abril, mas agora, se possível ainda mais vendido e dependente (onde irá, com efeito, o dr. Zinha, a imagem mesmo da «competência» que aqueles senhores advogam, buscar os muitos milhões para cobrir todos os «deficits» que lhe deixaram os «irresponsáveis» que o antecederam?). Dizem eles que se trata, muito simplesmente, de dar confiança — aos empresários, aos bam-

«compreender» aos trabalhadores portugueses que se pagam caro os excessos revolucionários. Que nos prometem no fim de tudo isto? A revolução socialista, democrática, pluralista e tudo! Não se ria, senhor major. É uma linguagem que convém ir mantendo até às sacrossantas eleições. Depois se verá. Para já, acabou-se com o MFA (e iludem-se aqueles que pensam poder ressuscitá-lo, mesmo com mais limitado campo de acção: um novo MFA revolucionário já só poderá ser clandestino). Se das eleições sair uma maioria de direita, as FA (sem M) dirão: «Finalmente o povo português não quer o socialismo, quem diria?! A nós cumpre-nos respeitar a vontade livremente expressa nas urnas...»

Novos senhores

É claro que isto é o que os «novos senhores» gostariam que se passasse, e até é possível que tenham meios para fazer com que assim se passe, a curto prazo, mais coisa menos coisa. Só que a uma política necessariamente possível, é uma questão de poder, ao passo que é impossível tornar um país rico de um dia para o outro. Na capacidade de resistência e da luta dos organismos populares, na iniciativa e auto-organização que souberem demonstrar, na coordenação que forem capazes de assegurar, na forma como, a dado momento, puderem equacionar politicamente o problema do Poder, no apoio que organizações políticas de militantes revolucionários se revelem capazes de lhes dar (e não na manipulação que deles se proponham fazer) está a chave da futura revolução portuguesa — que não será, como muitos pensaram, já

«amanhã»: será «para a semana». Nunca se podem fixar rigorosamente os rendez-vous da História...

O revolucionário tem de sê-lo de coração

Resta um último ponto: por que me dirijo a si para dizer tudo isto. Pois bem, pela simples razão de que nunca houve revolução sem ousadia, sem verdade, e também sem romantismo e sem sonho. O próprio Lenine foi, em muitos aspectos, um romântico — e, em todos, um apaixonado; os textos, e a própria acção, de Mao revelam uma imaginação e uma inventiva que muito devem ao poeta que também é; quanto a Fidel, ele próprio no recente Congresso do P.C. cubano confessou a necessidade do sonho no projecto e na acção revolucionários (os Staline, Rakosi, Ulbricht são os «funcionários», antítese exacta do revolucionário). O revolucionário tem de sê-lo de coração, tanto como de razão. Ora se há algo, ou um pouco, de tudo isto no que em Portugal se antipopular (e nem sequer será possível deixar incólumes as nebulosas e tão requestadas «classes médias») é altamente duvidoso o apoio prolongado e firme que possa supor-se representado por uma «ampla base eleitoral». A luta de classes não se arquiva deste modo. A menos que tudo se precipite numa pinochada para que já se vislumbrem candidatos (mas que os nossos protectores europeus, sendo possível, buscarão provavelmente «moderar»), é inevitável que, seja qual for o resultado eleitoral, um poderoso movimento de massas oporá, mais tarde ou mais cedo, todas as suas forças ao «capitalismo de miséria». As massas populares terão de atravessar mais esta dura aprendizagem política para enfim lhes aparecer como uma evidência que só existe uma solução real: a solução revolucionária; e que a «base social» do movimento revolucionário se constrói e afirma na luta e não se conta por boletins de voto. Os sacrifícios que tal solução pressupõe não serão pequenos, muito pelo contrário, é indispensável que tal lhes não seja escondido (erro imperdoável até aqui cometido por todos os partidos ou organizações ditas revolucionárias), mas o tal «socialismo de miséria» — expressão aliás imprópria, pois estará longe de ser socialismo — é o único ponto de partida possível para a «construção do socialismo» em Portugal. E isto porque arrancar para a construção do socialismo viveu desde o 25 de Abril, temos de encontrá-lo, ao nível da liderança política e militar (que não ao nível das massas, onde é sobretudo o coração que manda, a revolta que mobiliza) talvez quase exclusivamente em si, senhor major. Algumas verdades (revolucionárias), só por si foram pronunciadas. O grande impulso e apoio ao movimento popular, foi de si que partiu, os seus homens que o deram. Só em palavras suas, ou por si inspiradas, se viu vislumbre de imaginação e de autêntica liberdade e coragem (revolucionárias). Por isso mesmo os pacatos «democratas» viram em si o monstro de sete cabeças. Aqueles pobres pseudo-revolucionários que de si exigiram em lamentável manifestação (de impotência) que fizesse a sua «opção de classe» não perceberam nunca nada do que se estava a passar: sempre viveram manietados pelas palavras estereotipadas, julgam portanto que

uma tal opção se faz por «declarações públicas» ou por quixotas suicidas. Aqueles outros, hoje tão curiosamente no mó de cima (refiro-me ao Grande Educador — peço-lhe de novo que não se ria — e militares afectos), que o acusam de não se ter «posto sob a direcção da classe operária», (entenda-se: do seu pequeno grupo de pequenos burgueses nem-sequer-tão-radicalis-como-isso) serão um dia convencionalmente mimoseados com o «justo correctivo» pela dita classe operária. E nesse dia, por isso como escolhi destinatário, ninguém terá dúvidas sobre o que, em 74-75, foi mais importante em Portugal: se o «romantismo basista» de um então general Otelo Saraiva de Carvalho, se as manobras de gabinete e os sistemáticos «golpes» de partidos que o não souberam (entretidos que andavam nisso) complementar em termos de análise política e de consolidação do movimento de massas. E ninguém terá dúvidas sobretudo por duas razões. Primeiro, porque será das tais estruturas de base que fomentou e incentivou que nascerá o novo fluxo revolucionário — ou não será uma vez mais, fluxo revolucionário nenhum, mas uma imitação caricatural de modelos mais do que «experimentados». Segundo, porque, nesse dia, talvez menos romântico mas por certo bem menos susceptível de «ser jogado ao lixo» quando já não serve, o senhor major será necessariamente um elemento muito mais importante no «processo» do que os burocratas da revolução em boa parte responsáveis por estarmos onde estamos. Ora não haverá revolução se forem burocratas a conduzi-la. Nunca houve: a degenerescência burocrática veio sempre depois. A nós, essa praga coube-nos antes. Tudo isto é acumulado de experiência. Cumpre-nos evitar o risco de a ver resurgir depois. O senhor major, que já lhe sofreu os efeitos, terá, nessa altura, uma palavra a dizer. E não se preocupe: ninguém voltará a pregar-lhe a partida de lhe pedir a sua opção de classe.

Com muita admiração

João Martins Pereira

(1) — Era essa a intenção, só que entretanto — mais um inquietante sinal dos tempos — a «República» teve de suspender a publicação, vítima finalmente não apenas daqueles de quem isso havia que esperar.

EXPORTAÇÃO

Empresa portuguesa, fazendo deslocar para os países do Mercado Comum, um credenciado técnico de marketing, desejaria seleccionar algumas pequenas e médias empresas, de diversos ramos, para prospecção e colocação dos seus produtos nesses mercados.

Informações durante as horas de expediente pelo telefone 822094 de Lisboa.